

A VELHA E A NOVA ECONOMIA DO CAPITALISMO

GREGORY ALBO

Há quarenta anos, no primeiro volume do *Socialist Register*, Hamza Alavi assinalava que era necessário voltar-se para uma análise de um “novo imperialismo”, porque o “fim do domínio colonial direto... ainda não havia precipitado aquela crise final que marcaria o fim do capitalismo monopolista e anunciaria a era do socialismo”. O autor insistia que a dinâmica chave na economia mundial não poderia mais ser capturada pelas teorias clássicas do imperialismo de expansão territorial que tendia à busca de novos mercados, e concluiu que:

“o propósito principal do... novo imperialismo não é a exportação de capital como meio de exploração de trabalho barato no exterior. Muito pelo contrário, representa um meio de concentrar o investimento doméstico para expandir a produção no país metropolitano e de buscar o domínio dos mercados mundiais, nos quais ele estabelece sua influência por uma variedade de modos...”¹.

Esta idéia, a um só tempo teórica e política, permanece central para a análise do novo imperialismo de hoje em termos da reprodução sistemática do desenvolvimento desigual e do arranjo organizativo hierárquico do mercado mundial, por meio de trocas econômicas e relações políticas entre estados que são formalmente iguais². Por situar o imperialismo nos

termos da lei do valor e do império da lei, “o consenso” pode ser visto como tão importante quanto a “coerção” para a compreensão do imperialismo moderno.

A internacionalização do capital durante o longo período do neoliberalismo, desde os anos 80, fez surgir novos padrões e contradições no mercado mundial e teve profundos efeitos sobre a institucionalização do poder estatal, a organização dos aparatos estatais e sobre as relações entre os estados. Trouxe também à tona três conjuntos de temas que dizem respeito à teoria do imperialismo: (1) os padrões de competição e a distribuição de poder nos centros de acumulação de capital, ou seja, relações inter-imperiais; (2) os mecanismos e padrões de desenvolvimento desigual que reproduzem relações hierárquicas entre formações sociais dominantes e dominadas; e (3) as relações políticas e culturais entre, e a opressão de, diferentes povos; ou para colocar de outra maneira, a questão da soberania política *vis-à-vis* o desenvolvimento de instituições supranacionais de governança; enquanto os três temas permanecem fundamentais para a economia política do mercado mundial de hoje, é o primeiro e principal preocupação deste trabalho.

Uma característica deste período de neoliberalismo é que as alternativas políticas fora do bloco capitalista avançado foram marginalizadas. O novo imperialismo intensificou as relações de dominação, em termos tanto de marginalização econômica como de subordinação geopolítica dentro da cadeia imperialista. A emergência de três zonas político-econômicas é um desenvolvimento chave —além das zonas com grande variação de arranjos organizacionais, da grande integração da União Européia (UE), dos acordos de comércio preferenciais da América do Norte e dos vínculos comerciais formados por redes de subcontratantes no Leste da Ásia. No entanto, como a internacionalização do capital afeta as formas de organização, rivalidades competitivas e interdependências destes três blocos?, e, em particular, quais são seus efeitos na posição dos EUA como o pólo imperialista dominante?

Hoje existem, em grandes linhas, duas visões aparentemente contraditórias sobre o assunto, cada uma implica uma posição distinta sobre a natureza do novo imperialismo. A primeira enxerga os EUA em um declínio econômico e diante de uma rivalidade política cada vez maior, reivindicando a teoria de Lênin do imperialismo, de acordo com a qual os processos de valorização do capital e sua internacionalização logo encontram expressão em conflitos geopolíticos³. A derrota dos EUA no Vietnã, os distúrbios econômicos dos anos 70 e o fim do sistema monetário do pós-guerra de Bretton Woods, que foi construído sobre a força do dólar americano, todos foram vistos como indicações de que os limites do poder

dos EUA foram alcançados. Nessa perspectiva, o declínio relativo dos EUA continuou nos anos 80, como se pode observar no crescimento econômico *per capita* vacilante, no baixo avanço da produtividade, nos mercados de capital “impacientes”, nos níveis de dívida crescendo em todos os setores, e na cada vez menor capacidade competitiva, que tomam a forma de enormes déficits estruturais de conta corrente. Os “capitalismos rivais” do Japão e da Alemanha, que ancoram os blocos comerciais do Leste da Ásia e da Europa respectivamente, foram vistos como zonas de produção ascendente e inovação organizacional –tecnologias e conglomerados em redes flexíveis, pós-fordistas, altamente organizados que superam a produção em massa dos EUA e as corporações integradas verticalmente. A oposição europeia, e às vezes japonesa, ao unilateralismo dos EUA nos últimos anos (intervenção militar no Oriente Médio, agressividade nas relações comerciais e o descaso com a Rodada Doha, imprudência na administração do dólar) é tida como um sinal de crescente antagonismo político entre centros do capitalismo mundial em disputa.

A outra visão, oposta, enfoca a dinâmica econômica dos EUA (coincidente com o surgimento da “nova economia”) e a compara com uma década de deflação japonesa e a incoerência da política econômica da UE, e especialmente da Alemanha, (aprisionada na camisa de força do Pacto de Crescimento e Estabilidade e disciplinada pelo Banco Central Europeu). A força relativa dos EUA, nessa perspectiva, está relacionada, como o *Financial Times* coloca, a “uma combinação de mercados de capital flexível e um clima econômico que leva à assunção de riscos [que foi] ao menos tão importante como os próprios investimentos [reais]... Os mercados financeiros devem tomar muito crédito para extrair o dinheiro das administrações tradicionais e corporações entrincheiradas”⁴. A financialização e o neoliberalismo juntos, desse ponto de vista, arrebatam a organização dos trabalhadores dos EUA e aumentam as condições para a extração e realização da mais-valia. E o “regime Dólar-Wall Street” não apenas exportou o modelo dos EUA de maneira bem-sucedida para as zonas dominadas pelos EUA, como também reestabeleceu as condições para a acumulação internacional favorável ao bloco capitalista avançado como um todo, e pressionou a UE e o Leste da Ásia para que tomassem os caminhos necessários de reestruturação.

Uma divisão de interpretação um pouco paralela ocorreu de forma similar sobre a forma de interdependência no novo “império”. Uma das visões é a de que as classes capitalistas transnacionais agora transcenderam fundamentalmente os interesses nacionais, portanto, a soberania política e a ordenação econômica são efetivamente globais, um “ultra-imperialismo”⁵; a

outra é a de que o novo império é predominantemente uma reafirmação da hegemonia dos EUA, um “super-imperialismo”⁶.

Estas teorizações sobre a ordem econômica mundial atual ao menos dispersaram a névoa criada pelo “debate da globalização”, caracterizado por sua ênfase em um mercado mundial equalizador e uma democracia cosmopolita nascente. A atenção se reorientou para os interesses materiais e os processos econômicos que subjazem nos arranjos hierárquicos do mercado mundial. Mas deixaram sem resolver a oposição entre estas interpretações alternativas da trajetória do poder dos EUA e da justaposição entre rivalidade e unidade característica do novo imperialismo. Conseqüentemente, a persistência das contradições subjacentes à economia capitalista mundial, e ao papel dos EUA nessas contradições, continua sendo interpretada tanto como sinal da decadência terminal do poder dos EUA como do contrário. Na verdade, todavia, a internacionalização econômica durante este período de neoliberalismo foi marcada tanto pela rivalidade competitiva entre os principais poderes capitalistas como pela crescente interpenetração econômica das empresas capitalistas e pela interdependência política dos estados capitalistas. O imperialismo contemporâneo acaba sendo, assim, uma expressão das tendências expansionistas do capital para sua internacionalização e para a constituição de um mercado mundial com o propósito de sua valorização. Simultaneamente, este se concretiza de formas diferentes em unidades localizadas em estados onde se materializa o poder de classe e a produção de valor. Não pode haver acumulação de capital ou imperialismo sem estados, ou sem desenvolvimento desigual e relações de dominação entre estados no mercado mundial. O imperialismo capitalista, nesta leitura, implica intrinsecamente contradições entre conflito e cooperação –o que Harry Magdoff definia nos anos 90 como as “forças centrífugas e centrípetas... no próprio núcleo do processo capitalista”⁷– e entre rivalidade econômica competitiva e interdependência no mercado mundial.

EXPANSÃO CAPITALISTA E TEORIAS DO IMPERIALISMO

O capitalismo é definido, nas suas determinações mais simples, por um processo contínuo de transformação de mercadorias e relações sociais no tempo e no espaço em busca de mais-valia. Em uma das passagens dos *Grundrisse* freqüentemente citado, Marx nota que “enquanto o capital deve de um lado esforçar-se para romper toda barreira espacial ao intercâmbio, ou seja, às trocas, e conquistar toda a terra para seus mercados, esforça-se por outro lado em aniquilar tal espaço com o tempo... O resultado é: o desenvolvimento geral das forças produtivas tenden-

cialmente e potencialmente... como base; de maneira análoga, a universalidade da troca, tendo o mercado mundial como base”⁸. Para Marx, a apropriação e produção de valor e de mercadorias por meio da exploração do trabalho ocorrem em locais de produção espacialmente determinados, ainda que a circulação de mercadorias e a distribuição do valor em fluxos de troca não estejam potencialmente presas a nenhum lugar em particular. Estas duas proposições simples possuem duas conseqüências importantes. Primeira, o capitalismo é inerentemente expansionista em dois sentidos: a competição impulsiona as empresas continuamente a aumentar a produtividade do trabalho pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de produção e reorganização do trabalho, e a buscar novos mercados e novos setores para a produção e realização do novo valor agregado. Segunda, os locais de produção particulares –tanto como relações de classe e formas de estado– estão sempre implicados em um conjunto mais amplo de relações sociais, fluxos de troca e imperativos de competição.

Marx insistia que a reprodução ampliada do capital não era uma conseqüência da interação harmoniosa de indivíduos autônomos e empresas agindo sobre uma inerente natureza humana baseada no auto-interesse mediante o surgimento das oportunidades de mercado. Ao contrário, os padrões de reprodução das relações sociais são sempre específicos, conflituosos e transitórios: surgem da exploração dos trabalhadores e da competição para a extração de valor no momento da produção, e da luta competitiva entre “muitos capitais” para a realização e distribuição de valor na circulação. Esta competição leva a uma revolução contínua nas forças de produção e de circulação de capital. É justamente isso que Marx quis dizer quando escreveu que “a tendência para criar o mercado mundial está diretamente relacionada ao próprio conceito de capital”⁹. Como David Harvey assinalou ao aprofundar este aspecto do pensamento de Marx, a tendência ao expansionismo levanta uma importante contradição real¹⁰. A reprodução ampliada do capital deve manter certa “coerência” e “materialização” no tempo e no espaço para que o capital possa se valorizar e acumular, mas o espaço do capital está se alterando continuamente no tempo através de mudanças nos processos de produção, “condensando” distâncias por meio de novos métodos de transporte e comunicação e pela busca incessante de novos mercados. Há um processo contínuo de valorização e desvalorização nos complexos de capital fixo e nas relações sociais em espaços sociais distintos na medida em que as capacidades produtivas, a posição competitiva e as relações de troca evoluem. Existe uma contradição inescapável nas relações sociais capitalistas entre a fixidez necessária

para a produção de valor e a fluidez da circulação de mercadorias e capital monetário em busca de um valor de troca maior.

Na abstração teórica de Marx, o imperativo da competição de acumular pelo “capital como um todo” está registrado na circulação de mercadorias no mercado mundial. As transformações dentro e entre os locais de produção como uma consequência da competição entre “muitos capitais” são, todavia, fontes de interdependências emergentes e tensões competitivas –e mesmo caos potencial– no mercado mundial, somente em contextos históricos específicos. Portanto, por exemplo, Marx argumentou que o comércio internacional e a exportação de capital reagem sob pressão sobre a taxa de lucros por meio da diminuição dos custos do material que compõe o capital constante, barateando as necessidades da vida e, logo, possibilitando a redução dos salários, e pelo aumento da escala de produção. Assim, os imperativos da competição forçam a internacionalização dos circuitos monetários, e de capital produtivo e comercial. A circulação internacional do capital, por sua vez, “dissolve” as sociedades pré-capitalistas em formas diferenciadas de colonialismo, variando em sua forma de coerção e estabelecimento, mas integrando-as em um mercado mundial crescentemente governado por imperativos capitalistas¹¹. Marx considerava este processo como a “missão histórica da burguesia”, mas não sem ambigüidades; na medida em que revela “uma divisão do trabalho nova e internacional, surge uma divisão adequada às exigências dos principais centros da indústria moderna, e converte uma parte do globo em um campo de produção predominantemente agrário, com o propósito de abastecer a outra parte, que permanece um campo predominantemente industrial”¹². Além disso, “a troca desigual” dentro dessa divisão do trabalho emergente pode acentuar diferenças geográficas, na medida em que o comércio entre países de diferentes produtividades do trabalho e de composição de capital ocasionaria transferências de valor e de lucros¹³.

É neste contexto que aparece o estado-nação, por um lado, como uma institucionalização historicamente específica das relações de classe e, por outro, como um mediador do conjunto mais amplo de relações de acumulação diferenciada estabelecido pelo mercado mundial. Este é o sentido em que, para Marx, o estado é “a forma de organização que a burguesia adota necessariamente para propósitos internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e de seus interesses”¹⁴. No entanto, se a reprodução ampliada do capital exige que o estado estabeleça a base das relações de propriedade para a competição, valorização, desvalorização e internacionalização do capital, também o faz de modo mais direto, na medida em que os efeitos da competição estão parcialmente

deslocados na política. Como resultado, o estado necessariamente defende o capital que foi investido em seu domínio territorial para que tal capital, e as relações sociais que lhe dão suporte, possam ser valorizados. Isto é feito não tanto para defender um “espaço nacional” delimitado, mas sim para salvaguardar interesses capitalistas particulares tanto em sua dimensão local quanto na global. Portanto, para Marx, os imperativos da competição que tendem à equalização e à internalização do capital no mercado mundial também contribuem com uma rede diferenciada de processos de trabalho concreto, capitais em competição e estados-nação organizados hierarquicamente.

Ainda que Marx tenha identificado os imperativos da competição de acumulação do capital que formam a base para as divisões econômicas do mercado mundial, ele não propôs nenhuma teoria do imperialismo para explicar os processos competitivos ou as formas de interdependência e rivalidade entre estados que as divisões do mercado mundial geram. As teorias clássicas da economia do imperialismo que emergiram durante a Segunda Internacional, no entanto, não poderiam evitar a tentativa de definir tal teoria¹⁵. Iniciaram com duas teses-chave: a competição leva à monopolização e à internacionalização de circuitos específicos do capital; e as bases territoriais da competição entre as empresas são transpostas numa rivalidade inter-estatal e em um conflito entre poderes imperiais. Rosa Luxemburgo, por exemplo, argumentava que as relações sociais capitalistas restringiam a base para sua realização e, portanto, necessitavam da busca de mercados externos em sociedades pré-capitalistas. Pelo contrário, Hilferding argumentava que a competição em um “capitalismo organizado” foi caracterizada por bancos sendo fundidos com indústrias para formarem o capital financeiro que, por sua vez, exportava capital buscando mercados para investimento e comércio. Para Lênin, a exportação de capital definia o imperialismo como a fase monopolista do capitalismo, onde a competição entre empresas monopolistas rivais é transformada em conflito entre estados para o controle de mercados e território. Em oposição a Kautsky, que sugeriu que os cartéis e os estados nacionais deviam cooperar numa política de ultra-imperialismo, Lênin insistia que o desenvolvimento desigual levava a uma competição monopolista contínua e ao conflito entre estados. Foi apenas Bukharin, no entanto, que viu que a “economia mundial como um sistema de relações de produção e, de modo correspondente, de relações de troca em escala mundial” produziu não apenas uma, mas duas tendências de imperialismo. Como ele assinalou, “junto com... a internacionalização do capital ocorre um processo de entrecruzamento ‘nacional’ de capital. Um processo de ‘nacionalização’ do capital”¹⁶.

Enquanto as teorias clássicas centravam-se na competição excessiva que levava à exportação de capital e à rivalidade imperialista, o debate de um “novo imperialismo” no final da década de 60 e início dos anos 70 enfocava-se na capacidade da circulação do capital interno ao bloco imperialista, a qual mudava as capacidades competitivas relativas e reforçava novos padrões de desenvolvimento desigual¹⁷. Para Mandel, o predomínio dos EUA durante o período do pós-guerra foi desafiado na medida em que Japão e Alemanha (com esta última ajudada pela fusão mais ampla do capital europeu através de um estado Europeu supranacional) reestabeleceram suas capacidades produtivas para contestar o quinhão dos EUA no mercado mundial e suas exportações de capital¹⁸. Para Petras e Rhodes, por outro lado, a hegemonia dos EUA foi se reconsolidando por meio de seu domínio nas finanças internacionais, do acesso privilegiado aos recursos naturais, poderio militar e da fraqueza dos trabalhadores nos EUA¹⁹. No entanto, como outros envolvidos neste debate destacaram, o assunto em pauta não pode ser reduzido às capacidades competitivas como determinadas pelos índices de exportação de capital e às concepções clássicas de competição entre estados. As novas características da internacionalização do capital – corporações multinacionais e a expansão internacional do circuito total do capital – também postulavam os limites e conflitos sobre a organização e alocação das funções do estado na nova fase do imperialismo²⁰. Na verdade, esta noção subjaz na insistência de Poulantzas de que a internacionalização do capital não devia ser entendida, como nas teorias clássicas, como uma relação quantitativa entre duas entidades externas – um estado integral e um capital estrangeiro imposto de fora buscando explorá-lo. Ao contrário, partindo de sua interpretação de que o estado não é um conjunto de instituições separadas do capital, Poulantzas observou a internacionalização do capital em termos da natureza cambiante do bloco de poder e “das transformações internalizadas do próprio estado”²¹.

Estas teorias em disputa sobre a internacionalização do capital, que vieram à tona novamente com a consolidação do neoliberalismo e com a reafirmação de um imperialismo estadunidense explícito, explicam por que não há nenhuma teoria marxista do imperialismo. Para evitar continuar falando do mesmo tema, seria útil focar sete dimensões que tentam conceituar a economia do novo imperialismo.

- (1) *Interdependência e diferenciação*. A tendência no sentido da equalização e diferenciação identificada por Marx significa que a competição entre espaços geográficos de acumulação e, portanto, o desenvolvimento desigual são inerentes ao mercado mundial capitalista. Estes processos, na medida em que criam interdependência global, simultaneamente criam

a partilha do bloco dominado pelo bloco imperialista, e também torna a diferenciação um atributo das relações inter-imperiais.

- (2) *Competição internacional.* A luta competitiva entre empresas em locais de produção determinados como conseqüência da intensificação, concentração e centralização da produção e da internacionalização da circulação é um aspecto constitutivo do capitalismo. As formas locais e particulares da produção de valor estão vinculadas com os fluxos monetários abstratos e universais no mercado mundial. A competição internacional, portanto, como um aspecto central, e historicamente específico, das relações interimperialistas, parece aumentar na medida em que o capitalismo se desenvolve.
- (3) *Competição entre estados.* A competição entre “muitos capitais” produz múltiplos centros de poder e sua materialização no sistema de estados. Esta foi a intuição fundamental de Bukharin: a expansão capitalista é caracterizada por processos tanto de internacionalização quanto de nacionalização (ou seja, *state-building*). Neste sentido, a competição internacional não ocorre separada ou contra os estados, mas através deles.
- (4) *A “internalização” do capital estrangeiro.* Todas as tendências de intensificação, concentração e centralização do capital aumentam a escala das operações, a divisão técnica do trabalho e a complexidade territorial das empresas capitalistas. As multinacionais possuem uma “sede” na qual os agentes dominantes que possuem e alocam os recursos tem localização específica, mas também se tornam agentes importantes de acumulação nos lugares onde investem. Este processo de internacionalização tende a aprofundar a competição internacional na medida em que os locais de produção devem competir por fundos internamente alocados pelas empresas. Além disso, cada estado adquire interesse em proteger e atrair investimentos em capital fixo, uma vez que desenvolve interesse pela coordenação inter-estatal para sustentar a circulação internacional de capital. Segundo Poulantzas, o capital estrangeiro não deve ser pensado como uma imposição externa, já que em determinados pontos este forma uma “burguesia interna” dentro do bloco no poder. Neste caso, de modo contrário a uma “burguesia nacional” que organiza um espaço econômico nacional para si, o estado reproduz ativamente tanto o capital local como o externo mediante mecanismos ideológicos e políticos, e mediante o apoio à competição.

- (5) *Internacionalização e os circuitos do capital.* A internacionalização do capital assume a forma da expansão dos circuitos do capital produtivo, mercantil, especulativo e monetário, cada um produz diferentes modalidades de desenvolvimento desigual, competição e interdependência. Diferentes fases de internacionalização serão dominadas por diferentes circuitos e, portanto, configura singularmente os padrões da competição internacional.
- (6) *A reorganização interna dos estados.* Na medida em que os estados garantem as condições extra-econômicas necessárias para a acumulação e a reprodução social, a internacionalização do capital afetará a forma social e a organização do estado. Os aparatos internos de política econômica se tornarão crescentemente subordinados àqueles que são responsáveis pela internacionalização do capital, particularmente para assegurar a estabilidade da moeda e seu papel na circulação internacional. Assim, todo o estado estará condicionado pela competição internacional, o que Leo Panitch chamou de internacionalização e mediação da acumulação internacional pelo estado²². A capacidade de cada estado de mediar a competição internacional será determinada por sua capacidade administrativa e diplomática, sua posição na cadeia imperialista e suas relações de classe internas.
- (7) *Contradições nas relações interimperiais.* A unidade e as contradições na circulação internacional do capital supõem que o conflito e a cooperação, a rivalidade competitiva e a interdependência, estão igualmente enraizadas no mercado mundial. Na medida em que os circuitos do capital nos estados estão internacionalizados e, portanto, dependentes do mercado mundial para sua auto-expansão e realização, estarão presentes tanto uma maior competição quanto uma interdependência internacionais. As relações interimperiais registrarão esta contradição. Todavia, apenas em momentos históricos particulares as rivalidades competitivas entre as empresas e entre os estados se tornarão uma rivalidade imperial no sentido de conflito em torno da liderança política do bloco imperialista.

RELAÇÕES INTERIMPERIALISTAS E O MERCADO MUNDIAL HOJE

Uma implicação do que acabou de ser dito é que, enquanto os imperativos gerais da competição sempre operam, os determinantes e configurações particulares das relações interimperiais variam conforme períodos específicos do capitalismo. Para reconhecer algumas das particularidades da economia

do novo imperialismo, três aspectos mais abrangentes das relações dentro do bloco capitalista avançado desde o fim do *boom* do pós-guerra precisam ser consideradas: o desenvolvimento desigual que ocorreu durante a “grande depressão” (ou mais precisamente a grande desaceleração) desde 1973; a internacionalização do capital, e especialmente do capital financeiro; e a emergência de padrões particulares de competição internacional entre as três zonas capitalistas principais.

Devemos começar recordando que os países de capitalismo avançado ainda estão no meio de uma longa fase de acumulação mais lenta que a do boom do pós-guerra²³. As taxas de crescimento anual nos países de capitalismo avançado caíram de 4% no período de 1950 a 1973 a menos de 2% na década de 80 e estagnaram desde então, com a exceção dos EUA na segunda metade dos anos 90. Obviamente, esta exceção incentivou em muito a visão do ressurgimento do colosso econômico dos EUA, capaz de estender seu alcance imperial via modelo neoliberal. Os EUA, nesse sentido, estiveram no coração da economia mundial em ambas as fases –graças à sua capacidade de ampliar rapidamente o uso dos meios de produção “de ponta”, e à flexibilidade de seu mercado de trabalho, o que permitiu a extração de mais horas de seus trabalhadores. Ainda que tanto o “boom do pós-guerra” como a “grande depressão” tenham sido períodos de “equiparação” aos EUA por parte da Europa e do Japão, em termos dos níveis de produtividade média e de renda *per capita* de ambos. O grau de equiparação da renda foi menos alardeado e mais desigual devido ao aumento da jornada de trabalho nos EUA e sua queda em outros lugares, mas medidas como os vários índices de desenvolvimento humano que se baseiam menos na renda mostram um processo ainda mais claro de equiparação sustentada²⁴. Logo após a reconstrução do pós-guerra, os EUA não tinham par para suas capacidades produtiva e tecnológica nem na Europa nem no Japão; hoje cada uma das três maiores zonas da produção capitalista lidera em alguns setores de tecnologia, produtividade e fatias de mercado. Este desenvolvimento no longo prazo é indicado de várias maneiras: capitalização de mercado, renda total de vendas, quotas de exportação, regiões periféricas de redes terceirizadas e dependência econômica, a consolidação de moedas e zonas comerciais, e tensões comerciais entre os três blocos imperiais sobre a divisão da produção e propriedade em um conjunto de setores. O contexto competitivo e a configuração atual do mercado mundial são extremamente diferentes daqueles do domínio econômico unilateral estadunidense que definiu o sistema de Bretton Woods no pós-guerra.

Os desenvolvimentos da capacidade produtiva nas zonas chave do capitalismo avançado também foram registrados em transformações na cir-

culação de mercadorias e de moeda no mercado mundial. No período do pós-guerra, os EUA forneceram liquidez para o sistema mundial de comércio, primeiro, por meio de exportações de capital para financiar os equilíbrios comerciais das economias em reconstrução da Europa e Nordeste asiático, e depois pela emissão de dólares e empréstimos na medida em que sua própria balança de pagamentos começava a mover-se de superávits a déficits no final dos anos 60. O processo de equiparação e a valorização do dólar resultante significavam que o dólar americano eventualmente tornou-se insustentável como moeda lastro única, e, com isso, terminaria o sistema de Bretton Woods. O mercado mundial entrou em uma era muito diferente: um sistema monetário puro de crédito (em vez do sistema de lastro-ouro), taxas de câmbio flutuantes (ao invés de taxas fixas), um conjunto de moedas acumuladas, junto com ouro, em bancos centrais para equilibrar as balanças comerciais (ao invés de apenas o dólar), a liberalização dos movimentos de capital (substituindo os controles limitados), e a negociação do ajuste das principais moedas entre as três zonas econômicas emergentes (após uma fase de ação unilateral).

O impasse econômico dos anos 70 gerou um conjunto adicional de preocupações: muitos países em desenvolvimento tiveram problemas comerciais, e o crédito destinado a cobrir as diminuições no comércio exterior logo se transformou em um problema igualmente grande para cumprir com os serviços da dívida e administrar os fluxos de capital. Taxas de crescimento menores e taxas de juros mais altas fortaleceram os interesses financeiros e tornaram sistematicamente mais difícil para os governos manter equilíbrios fiscais; e o déficit da conta corrente estadunidense, combinado com os superávits asiático e europeu, mostrou-se crônico, representando uma mudança estrutural no comércio relativo e nas capacidades competitivas entre os três blocos. Emitir moeda ou títulos do governo ou corporativos para manter líquidos os equilíbrios comerciais tornou-se um aspecto crítico dos fluxos do mercado mundial: inicialmente reciclar petrodólares, depois manter os déficits da balança de pagamentos do Terceiro Mundo e finalmente cobrir o massivo déficit em conta corrente dos EUA, e a crescente dívida do setor privado e governamental. A crescente competição por fatias do mercado mundial de bens e para atrair capital monetário, em um contexto de crescimento mais lento, é acompanhada pela interdependência das diferentes zonas em busca de saídas para mercadorias nos mercados uns dos outros, a internacionalização dos fluxos e demandas de crédito, e a coordenação interestatal do G7 de suas políticas de gestão da economia internacional.

Em meados da década de 80, os ajustes da taxa de câmbio e dos fluxos de capital provaram ser tanto arenas de cooperação como fontes de tensão, incerteza e instabilidade como conseqüência de assimetrias comer-

ciais estruturais e mudanças relativas nas capacidades subjacentes das três zonas em produzir valor (esta contradição, por sua vez, estimulou uma explosão nos mercados financeiros secundários para cobrir os riscos). O FMI, o Banco Mundial e o G7 –com os EUA desempenhando um papel de liderança em cada um deles– promoveram a liberalização financeira e da conta de capital como o mecanismo de financiamento dos ajustes comerciais e fizeram com que os mercados de câmbio estrangeiros impusessem disciplina às economias nacionais. O sistema de taxas de câmbio flutuantes surgiu das assimetrias econômicas no mercado mundial e da fraqueza do dólar durante a década de 70. Mas nos anos 80, enquanto o déficit comercial dos EUA escalava novas alturas, o dólar valorizou-se cerca de 40% na medida em que afluíam capitais. Os acordos de Plaza e do Louvre de 1985 e 1987 tentaram administrar as tensões resultantes e reduzir o valor do dólar com relação ao yen e as moedas européias. Mas a grande desvalorização do dólar subsequente em meio a um crescimento lento, não facilitou a solução dos problemas comerciais estadunidenses; e a valorização correspondente do yen e das moedas européias deram as condições para a bolha de ativos japonesa seguida de deflação, e para a estagnação européia. Nem estes realinhamentos e tensões poderiam ser contidos apenas no interior das economias “âncora”. As oscilações no mercado de ações de 1993-94 e os problemas monetários da Espanha, Itália, Portugal e de um conjunto de estados do Terceiro Mundo foram “efeitos de derrame”, que atuaram diretamente sobre suas economias e sua competitividade, reduzindo drasticamente a renda da classe trabalhadora e do campesinato.

As desvalorizações do início da década de 90 e a desaceleração garantiram o início de uma nova fase de intensificação da competição internacional, na medida em que o dólar atingia baixas recordes ante o marco alemão e o yen em 1994. Os japoneses começaram a tentar fazer desvalorizações competitivas para reavivar sua economia em face de uma catástrofe financeira; e para compensar o Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Européia, que preparou o terreno para a moeda única. A União Européia, também, enxergou margem de manobra por meio de realinhamento monetário, enquanto o capital europeu buscava ativos externos para diversificar o risco. De 1995 a 2000, o dólar subiu cerca de 40% numa base de ponderação comercial, apesar disso não restaurar o alto crescimento nem na Europa nem no Japão. Além do mais, o influxo de capital resultante e o estímulo econômico que este deu à economia estadunidense gerou um período curto de crescimento de 1995 a 2000, quando o crescimento dos EUA apresentou uma média de 4% ao ano (devido em muito ao crescimento extensivo no tamanho da força e da jornada de trabalho, mas também ao crescimento acima da média

da produtividade em 2,6% obtido nos EUA de 1975 a 1995, e bem acima do lento crescimento da produtividade na Europa e no Japão). A euforia da “nova economia” alcançou seu ápice em 2000 com um crescimento de cerca de 5% e com mercados de ações apresentando cifras astronomicamente elevadas em todos os ativos.

Apesar dos aumentos na produtividade, o gasto em capital dos EUA não foi excepcional em seus níveis ou duração após este salto, e os aumentos na capacidade produtiva não foram registrados nas contas comerciais, que continuaram a apresentar déficits recorde, tornando a posição do dólar vulnerável, especialmente com o alto consumo e as fusões corporativas sendo financiadas em última instância pela dívida externa. Daí a fragilidade do “ciclo virtuoso” da inflação de ativos, do gasto em capital, do aumento de produtividade, e de um dólar mais forte sem maior desempenho comercial. Além do mais, sem um crescimento sustentável na Europa ou no Japão, manter tal círculo virtuoso de crescimento baseado nas finanças nos EUA provou-se impalpável. Mesmo quando o Presidente da Reserva Federal, Alan Greenspan, advertiu sobre a “exuberância irracional” da igualdade dos mercados enquanto, sem parecer ironia, também celebrava a “nova economia”, a resposta estadunidense a todo choque econômico, e particularmente o da Reserva Federal, foi a de agravar os desequilíbrios estruturais. Cada crise de mercado — as crises da Ásia e da Rússia de 1997-98, o colapso dos fundos de investimentos internacionais Long Term Capital Management, e o colapso das ações da internet — teve como contrapartida injeções adicionais de liquidez para prevenir implosões posteriores dos mercados de crédito interdependentes. Isto sustentou o crescimento das outras economias afetadas bem como o dos EUA, mas a um custo progressivo de níveis irracionais de ativos, uma maior carga da dívida e um equilíbrio na conta corrente cada vez mais insustentável. Com o crescimento quase nulo nos EUA após 2001, houve uma reversão desses processos. Mas o impacto da mudança dos EUA do estímulo da demanda efetiva para cortes de impostos e de crédito, em um mercado mundial diante de tendências deflacionárias, forçou uma mudança drástica na perspectiva do governo Bush.

Há, portanto, várias tensões que persistem na “interdependência desigual” das relações interimperiais na era do neoliberalismo, que podem ser rapidamente resumidas nas sete dimensões ressaltadas anteriormente:

- (1) *Interdependência e diferenciação.* Desde 2000, a alternância entre crescimento e estagnação entre os três blocos após o período do neoliberalismo deu passagem a uma “equalização” de condições “diferenciadas” para um crescimento lento em todos eles²⁵. Pela primeira vez desde o início da

década de 80, os países de capitalismo avançado, e uma boa parte do resto do mundo, entraram em uma recessão sincronizada, tanto com taxas de inflação como taxas de crescimento real do produto interno bruto dentro dos países de capitalismo avançado tendendo a 2% ou menos para 2003. A Alemanha tem crescido menos de 1% desde 2001 (o alto crescimento na Europa como um todo em 2000 foi fortemente impulsionado pela forte queda do Euro, que favoreceu as exportações, mas apenas temporariamente). O Banco Central Europeu cortou as taxas de juros de 4,75% para 2% no período, mas seu compromisso firme com o Pacto de Estabilidade e Crescimento demonstra que a UE continua a depender desproporcionalmente de nova demanda externa para sustentar seu lento crescimento. Uma valorização desmesurada no Euro reduzirá ainda mais as perspectivas de crescimento, e forçará a Alemanha –que tem crescido menos que o Japão desde 2000– a uma deflação. Enquanto isso, no Japão, a deflação da bolha de ativos dos anos 90 transformou-se em uma deflação econômica geral (com suas taxas de juros de curto prazo centrais em 0%). Como se espera que seu crescimento caia para menos de 1% em 2003, o Japão enfrentaria ainda mais dificuldades com qualquer fortalecimento do yen e o enfraquecimento de suas exportações. Apesar de haver sinais que o Leste asiático está desenvolvendo uma dinâmica interna de crescimento e comércio que está aprofundando a interdependência da região como um bloco econômico, este permanece dependente de exportações para zonas fora da região.

Os EUA têm sido a principal força de sustentação do mercado mundial, mas é óbvio que estes não saíram da recessão que teve início no final de 2000, e possuem seus próprios temores quanto ao crescimento das taxas de desemprego aos maiores níveis da década e a inflação continua a cair. Como os gastos de capital nunca se recuperaram ao longo dos anos 90, o aumento mais rápido do consumo que o da renda nos EUA tem sido crítico para seu crescimento. O consumo nos EUA continua a ser flexível, apesar da redução do montante de dívida e gasto adicionais que os consumidores desejam assumir (ainda que devamos lembrar que o nível de consumo japonês também se manteve alto nos primeiros anos de sua deflação de ativos, mas, o Japão nunca teve o equivalente da Reserva Federal incentivando alegremente as pessoas a emprestar mais respaldadas pelos valores crescentes de suas habitações). Uma correção nos gastos pessoais nos EUA parece inevitável: a riqueza líquida em queda; a dívida líquida em alta; poupança interna em queda; desemprego em alta. Além disso, nem a diminuição das taxas de juros realizadas pela Reserva Federal treze vezes desde o fim de 2000 ao nível mais

baixo em 45 anos, nem a queda da taxa de curto prazo da Reserva Federal, de 6,5% a apenas 1% em junho de 2003, conseguiram estimular de maneira clara o gasto de capital (ainda que expliquem boa parte da elasticidade do consumo pessoal e do mercado imobiliário). As preocupações deflacionárias foram tais que a Reserva Federal têm pressionado as taxas de juros a longo prazo dos Bônus do Tesouro, bem como dado a maior liquidez possível ao mercado. As medidas de incentivo também se expressaram na mudança de posição fiscal do governo dos EUA neste período de um superávit de 1,4% do PIB a um déficit orçamentário projetado de 4,5%. No entanto, o realinhamento monetário como o resultado do declínio do dólar e da debilidade na Europa e no Japão torna difícil de antever as prováveis fontes de demanda mundial fora dos EUA. De fato, o cenário parece pavorosamente sombrio: recessão, debilidade fiscal e ameaça de deflação nas três zonas. Isto é o que se esconde dos avisos do FMI que, como na crise da Ásia de 1997, “o risco de deflação generalizada está na ordem do dia... a situação econômica global está particularmente incerta neste momento, com o alastramento de vulnerabilidades”²⁶.

- (2) *Competição internacional*. Ao invés de ser uma fase de transformação fundamental nos lucros corporativos, na produtividade e acumulação na “nova economia”, a fase do final dos anos 90 reforçou a interdependência desigual do mercado mundial na economia e no poder dos EUA, na medida em que o resto do mundo se apoiava nos EUA como a “locomotiva” da acumulação mundial. Este período pode estar esgotado, na medida em que parece inevitável o realinhamento em algum nível entre as três maiores zonas do capitalismo, com as zonas periféricas do mercado mundial forçadas a alinhar-se a uma ou outra delas. Tal realinhamento aumentará a competição entre as zonas devido às condições de debilidade econômica. O bloco dos EUA (inclusive Canadá e México) possui uma base de ativos em deflação, imensas demandas de capital e problemas de competitividade com as taxas de câmbio atuais; o bloco da UE apresenta uma produtividade relativamente pobre, um alto desemprego, demanda interna estagnada e competitividade externa sustentada por um Euro que costumava ser mais fraco que atualmente ou do que será no futuro; e o Japão possui problemas deflacionários, demanda interna débil e superávits em conta corrente que poriam em risco qualquer valorização cambial, e, portanto, tem pouco espaço para manobra (ainda que existam forças importantes em outras partes do Leste asiático, especialmente a China, que ainda pode apresentar uma trajetória diferente à zona mais ampla se sua dependência dos superávits

de exportação para os EUA possam ser diminuídos, e os vínculos de comércio internos aprofundados).

Além da deflação japonesa, o sintoma mais visível da competição intensificada tem sido a reestruturação corporativa e os escândalos governamentais, particularmente nos EUA²⁷. A fraqueza do setor corporativo se destaca por sua gravidade. Só as falências das empresas de telecomunicação nas economias centrais somaram mais que US\$ 100 bilhões desde 2000, em sua maior parte ocorridas nos EUA, certamente uma dos maiores episódios de falha na coordenação do mercado já vistos. Os EUA registraram mais de US\$ 382 bilhões de ativos entrando em falência em 2002, incluindo o impressionante colapso da Worldcom de US\$ 104 bilhões, a maior falência da história. Espera-se que os níveis registrados do número de falências de companhias iniciadas em 2001 se mantenham e se estendam a todos os setores, além dos desastres no setor de tecnologia de informação. De acordo com a OCDE, o aumento da dívida nos anos 90, especialmente nos EUA, produziu um “excesso de capital” baseado no sobre-investimento no crescimento da demanda – “foi alocado muito capital e muito rápido”²⁸. Os lucros das corporações claramente diminuíram, e foram ameaçados pela exposição ao endividamento de baixa qualidade e aos riscos. Portanto, a redução das taxas de juros para estimular a atividade econômica teve apenas um sucesso limitado nos rendimentos das ações corporativas. De modo análogo, as ofertas públicas iniciais (*initial public offerings*–IPOs) nos EUA em 2002 registraram seu pior ano desde 1991, e os novos ativos em ações de companhias já existentes não tiveram melhor desempenho. A interdependência do mercado mundial foi reforçada pela desaceleração entre suas diferentes zonas e, por sua vez, dando força à competição internacional em mercados que crescem mais lentamente.

- (3) *Competição através dos estados*. Padrões desequilibrados de comércio de mercadorias entre países e assimetrias estruturais nos equilíbrios da conta corrente nacional estão se tornando os símbolos-chave do impasse no mercado mundial. A posição dos EUA de devedor líquido, que surge de seus déficits em conta corrente acumulados desde a década de 70, que estão estimados em cerca de US\$ 2,7 trilhões para 2002; e seu déficit apenas para 2002 está estimado em cerca de US\$ 450-500 bilhões (aproximando-se do nível de 5% do PIB que geralmente tem impulsionado crises de pagamento em outros países, uma restrição da qual os EUA estão isentos, em parte, graças ao dólar ser a principal reserva monetária). Isto é acompanhado por superávits nas outras duas zonas-

chave, e, em particular, no Leste asiático. Mesmo tendo caído cerca de 30% com relação ao Euro desde 2000, o dólar americano ainda precisa cair mais para aumentar a competitividade da indústria dos EUA (ainda que isto não necessariamente equilibre a conta corrente, na medida em que o dólar não o fez no passado. Por outro lado, uma expansão nos EUA enquanto o Japão e a Europa estejam estagnados agravará os dilemas em todas as partes)²⁹.

Tais desequilíbrios dão origem a duas tensões principais. Primeiro, os EUA precisam importar capital no montante de US\$ 2,7 bilhões por dia para cobrir o déficit na balança de pagamentos. O restante dos credores mundiais deve aceitar a emissão de dólares destinados a cobrir a dívida (que é fixada em dólares) na esperança de eventualmente comprar, por sua vez, mercadorias dos EUA e ativos com os dólares acumulados (ou seja, na esperança de que os dólares ainda possam comprar um valor equivalente, uma perspectiva cada vez mais improvável). Não está claro, no entanto, que os credores continuem a manter este processo no mesmo grau. Na verdade, com a queda do dólar já existem sinais de menor movimento de capitais para o interior dos EUA, e de diversificação com relação aos dólares americanos. É pouco provável que o dólar, nessas circunstâncias, mantenha sua posição excepcional como um meio de pagamento internacional e, portanto, parece perder parte de sua capacidade de garantir senhoriagem (a capacidade de se apropriar de valor sem produzir valor). Os processos econômicos que diferenciam as três principais zonas avançadas continuaram, portanto, a ser refletidas no uso crescente de moedas regionais ou “centrais”. Segundo, as pressões políticas do comércio movem-se em duas direções ao mesmo tempo como resultado dos desequilíbrios: por um lado, a rodada Doha da OMC, numerosos acordos bilaterais de comércio, o NAFTA e a autoridade para a promoção do comércio (*fast track*) estão aprofundando o livre comércio; por outro lado, o protecionismo do comércio está emergindo sistematicamente, especialmente por parte dos EUA, no aço, bens agriculturáveis, madeira, automóveis e outros setores. A liberalização comercial contínua pode conter estas tensões ao aprofundar as interdependências no mercado mundial, mas apenas por meio do realinhamento das rivalidades existentes e desequilíbrios que originariamente promoveram o livre comércio. No entanto, o padrão de ajuste continua sendo confuso por causa da hierarquia de poder dentro do mercado mundial³⁰.

- (4) A “internacionalização” do capital estrangeiro. As corporações multinacionais são os principais agentes que organizam a internacionalização do

capital. Elas internalizam a cooperação e a competição em suas estruturas operativas pelo aumento da especialização e a intensificação do emprego de capital por meio de desenvolvimento tecnológico e comércio entre empresas. Durante a década de 90, cerca de 75% do estoque do investimento estrangeiro direto (IED) estava localizado nos países de capitalismo avançado, e tais países também eram responsáveis por cerca de 80% de todos os fluxos externos de IED e cerca de metade de todos os influxos³¹. As alianças capitalistas que as multinacionais incorporam assumem muitas formas que incluem o investimento direto, fusões e aquisições, investimentos conjuntos, relações de terceirização e a internacionalização de propriedade compartilhada. E o investimento estrangeiro direto é hoje generalizado em todos os setores e não está limitado aos bancos e às corporações industriais. Em outras palavras, a exportação de capital é, em primeiro lugar, uma questão de relações inter-imperiais.

O período do neoliberalismo transformou significativamente a natureza da interpenetração do capital. Notavelmente, após realizar mais da metade de todo IED globalmente no período do pós-guerra, os EUA hoje representam apenas cerca de um quarto dos estoques de IED, e possui um montante igual de IED residente no país. Em 2002, os EUA permaneceram como os maiores receptores de IED do mundo bem como o maior investidor³². Por outro lado, os IED japonês e alemão aumentaram significativamente, de cerca de 1% do IED mundial em 1960 para 11 e 9% respectivamente em 2000. Apesar do aumento, os influxos permanecem muito menores em ambos os países (com o Japão ainda recebendo menos que 1% do IED mundial). O IED interno está se tornando relativamente tão importante para os EUA como o é para a UE como um todo.

Além disso, a necessidade de financiar o déficit em conta corrente descontrolado dos EUA tem significado que os fundos ingressaram para comprar ativos financeiros de todo tipo no país. Durante o novo *boom* econômico de 1995–2000, este fluxo decorreu em parte das altas taxas de retorno dos ativos estadunidenses, da visão de que os EUA eram “um santuário seguro” e do uso de quantidades crescentes de dólares para a compra de ativos estadunidenses. Estes desenvolvimentos forçaram ainda mais os ativos líquidos dos EUA a um déficit (um processo que teve início no final dos anos 80) de cerca de US\$ 1,5 trilhões e próximo a um quinto do PIB³³. Com a desaceleração, os ativos dos EUA tornaram-se menos atrativos e o IED caiu, ainda que os investimentos em portfólio continuaram a ingressar para cobrir o déficit de pagamentos. A internacionalização do capital estrangeiro dentro de estados nacionais claramen-

te não está mais limitada à penetração dos EUA nos estados europeus, mas abarca o bloco imperialista como um todo.

- (5) *Internacionalização e os circuitos do capital.* A partir dos anos 70, a desaceleração econômica e o neoliberalismo levaram a uma financiarização significativa da economia. O capital monetário agora assume diversas formas relativamente desenraizadas da economia real: investimento estrangeiro direto na forma de aquisições ao invés da construção de novas instalações produtivas; enormes mercados de crédito; mercados acionários interconectados; a circulação massiva nos mercados de dinheiro que supera amplamente os requisitos do comércio de mercadorias; e mercados financeiros secundários que multiplicam o risco. Tais desenvolvimentos, a um só tempo, estreitaram as interdependências do mercado mundial na medida em que o capital monetário e especulativo se movimenta de modo mais livre entre as diferentes zonas do mundo, e as rivalidades se tornam mais claras na medida em que as diferentes zonas de produção competem pelos fluxos financeiros e enfrentam disciplinas competitivas que contêm o potencial de ampliar em choques maiores os distúrbios econômicos. O crescimento econômico lento tem significado que os retornos ao setor financeiro têm sido maiores que no setor produtivo e, portanto, transferiu o capital para o setor financeiro e tornou o capital financeiro (mesmo dos governos, ainda que em um sentido menor) o principal alocador de crédito. Nos países do centro, estes processos significaram uma transferência dos fluxos de renda para os detentores de ativos financeiros. Nos EUA, o crescimento da dívida habitacional e corporativa e os novos déficits fiscais do governo aumentaram vastamente esta transferência³⁴.

As contradições são ainda mais claras para os países periféricos no mercado mundial, particularmente os mercados emergentes que foram abençoados com influxos de capital financeiro. Para considerar uma das maiores economias do “sul”, o Brasil mantém reservas cambiais de apenas US\$ 20-30 bilhões, deve em torno de US\$ 250 bilhões em dívida acumulada (denominada em grande parte em dólares), e os bônus brasileiros têm taxas que superam em mais de 20% as dos bônus do tesouro dos EUA (comparáveis aos níveis da Argentina antes do colapso de dezembro de 2001). Isto requer esforços enormes por parte do Brasil para produzir os níveis de exportação necessários ao serviço da dívida, e ameaça o colapso do *real* causado pela fuga de *hot money* ao sinal de qualquer desordem econômica. A América Latina como um todo está numa situação similar, e ficou demonstrada a dificuldade de conter a expansão do “contágio” da crise argentina. A partir de estudos recentes, a CEPAL concluiu que a

região atravessou outra “década perdida” na qual saíram capitais da região para pagar a dívida e na qual os lucros e dividendos superaram as entradas de capital na ordem de US\$ 7 bilhões anuais (aproximadamente 0,4% do PIB regional) nos anos recentes³⁵. Isto só pode piorar na medida em que se prevê que o PIB regional decresça por causa da desaceleração mundial e que aumentem as dificuldades para a entrada das exportações para os EUA, por causa da queda do valor do dólar.

A deflação da bolha de ativos adiciona outra tensão entre os EUA e as outras zonas que complica qualquer caminho de ajuste no mercado mundial. Só nos EUA de 2000 à metade de 2002, uma estimativa de US\$ 7 trilhões e 1000 companhias foram perdidos em valorizações do mercado (e US\$ 11 trilhões no mundo todo)³⁶. Isto corresponde a cerca de metade do valor total do mercado; índices de mercado mais amplos apontam quantias similares, com o índice NASDAQ, que inclui um componente importante de tecnologia, desvalorizado quase em 80%. Com a queda dos rendimentos dos bônus resultantes da redução das taxas de juros e das grandes injeções de liquidez, os principais índices de ações subiram cerca de 25% na primeira metade de 2003, alimentados mais por expectativas do que propriamente por uma recuperação econômica³⁷. Levando em conta as relações entre preço-utilidade usadas para avaliar os valores de capitalização dos mercados, que mais uma vez superam amplamente os valores médios de longo prazo (levando em consideração que, após um longo *boom*, normalmente se espera um longo período de desvalorização), poder-se-ia pensar que está se formando uma nova bolha financeira. É difícil encontrar alguma base teórica ou empírica para concluir que os níveis atuais podem se manter, o que a deflação da bolha de ativos e o conseqüente “mercado vendedor” não afetarão a economia real.

Na verdade, existem várias razões para sugerir que a desarticulação da bolha levará algum tempo e estará acompanhada da queda da acumulação e de tendências deflacionárias. Primeiro, as demandas financeiras realizadas no momento do crescimento da bolha estão tipicamente baseadas em projeções de um crescimento contínuo dos ativos que são difíceis de verificar depois que a bolha estourar. As falências ocorrem quando a destruição de capital se torna necessária para restaurar a base lucrativa para a acumulação. Os gastos em capital parecem declinantes até o fim do processo (a menos que a bolha possa de alguma forma ser inflada novamente, o que joga os problemas de hoje para amanhã). Segundo, a mudança que ocorreu durante os anos 90 na medida em que as pensões deixaram de ser benefícios pré-definidos para transformar-se em planos

de contribuição individualmente dirigidos e definidos, fazendo com que os fundos se voltassem para as ações, danificaram seriamente as projeções de retorno dos fundos de pensão. No futuro, tanto empresas como indivíduos deverão incrementar suas poupanças para enfrentar as necessidades de pensão futuras. Terceiro, também deve-se prestar atenção ao peso da dívida dos particulares, qualquer que seja o impacto preciso do “efeito riqueza” originado no uso de valores inflados de ativos destinado a influir sobre o crédito, para ao menos reestabelecer os equilíbrios de poupança aos níveis tradicionais. Nos EUA, durante 2002, as amortizações dos fundos comuns de investimentos e outro tipo de instrumentos financeiros de risco foram absorvendo bilhões de dólares por mês, destinados para pagar dívidas ou para agregar “reservas de efetivo”, ainda que alguns destes fundos estão retornando para o mercado de valores com a finalidade de aproveitar a bolha mais recente.

- (6) *A reorganização interna dos estados.* A internacionalização do capital depende de uma intervenção constante do estado. Durante o período do neoliberalismo, o estado internalizou a competitividade internacional com um de seus objetivos para mediar a territorialização da produção de valor e a crescente dependência da circulação internacional. Portanto, um parâmetro chave da reorganização do estado foi a administração da economia nacional de um modo que as taxas de câmbio e balança de pagamentos sustentassem a internacionalização dos circuitos de capital monetário. Isto fez com que os bancos centrais “independentes” ocupassem o ápice do aparelho do estado. Mesmo com desequilíbrios financeiros sérios, a Reserva Federal, o Banco Central Europeu e o Banco do Japão continuaram a basear-se nos cortes da taxa de juros, na expansão dos empréstimos líquidos privados, nos fluxos internacionais de capital, e em uma desvalorização assimétrica do dólar com relação ao Euro (mas não ao Yen) para estimular a recuperação³⁸.

Uma segunda dimensão é o fornecimento pelo estado de um ambiente social e fiscal hospitaleiro para atrair novos investimentos em capital fixo e proteger os existentes, em um contexto em que a política monetária garante os fluxos internacionais de capital. Portanto, mesmo quando os estado permitem que os déficits fiscais cresçam, continuam a seguir uma estratégia redistributiva de austeridade competitiva, que torna os trabalhadores, os pobres e os serviços públicos de que estes dependem vulneráveis ao esgotamento por constantes cortes nos gastos públicos, além dos cortes em impostos regressivos que ocorrem simultaneamente. A proposta orçamentária do Governo Bush para 2003, por exemplo, pro-

jeta um déficit de US\$ 400 bilhões, ao mesmo tempo em que corta cerca de US\$ 350 bilhões em impostos, particularmente sobre os dividendos e taxas marginais de impostos, e reduz o gasto com saúde, educação e infraestrutura. A Alemanha, por sua vez, ainda que esteja por quebrar o limite do déficit de 3% do PIB em 2003 estabelecido no Pacto de Estabilidade e Crescimento, reduz os impostos sobre a renda e heranças e restringe os benefícios para os desempregados, as proteções dos empregos e as pensões. O Japão, por sua vez, planeja um déficit de 7% do PIB no orçamento, ao mesmo tempo em que corta impostos sobre renda e heranças e gastos correntes, e continua com a redução das proteções do mercado de trabalho³⁹.

Finalmente, a internacionalização do aparelho do estado no sentido de mediar a extensão e intensificação do mercado mundial também continua⁴⁰. Por um lado, os processos de regionalização nos três blocos comerciais estão forçando, por meio da UE, negociações comerciais variadas na Área de Livre Comércio das Américas, e novos vínculos cooperativos no Leste Asiático. Por outro lado, novas áreas de liberalização comercial, em particular na agricultura e nos serviços, permanecem na agenda da OMC; e tanto o FMI quanto o Bank of International Settlements continuam a financiar novas medidas para liberalizar contas de capital e reformar os requisitos para adaptação ao capital dos sistemas bancários nacionais. Nesse sentido, a reorganização do estado aponta para a intensificação da competição internacional entre estados na mesma medida em que a coordenação entre os estados continua a se aprofundar no mercado mundial.

- (7) *Contradições das relações interimperiais.* A “interdependência desigual” que caracterizou as relações inter-imperiais no período do neoliberalismo torna tais relações bem distintas daquelas que existiam durante tanto o período do *boom* do pós-guerra e da crise da década de 70. Enquanto os EUA permanecem como o centro competitivo do mercado mundial em termos de capacidade produtiva, do comando dos fluxos financeiros, centralidade nas modalidades neoliberais de governança e seu papel como “importador de última instância”, tornaram-se dependentes do suporte de políticas de estados em outras zonas chave para manter a internacionalização do capital e sua absorção sem precedentes da poupança mundial. A interdependência desigual se baseia em todas as oscilações da competição entre estados e na cooperação no interior do bloco capitalista. Isto produziu –e continua a reproduzir– padrões de competição e internacionalização do capital especificamente neoliberais, bem como

relações sociais domésticas e internacionais que unificaram o mercado mundial de um modo que preveniu a diferenciação entre as zonas, fenômeno derivado do conflito político para o acesso exclusivo a mercados. Durante os anos 90, a interação entre os desequilíbrios comerciais, financeira e desaceleração foram resolvidas “positivamente” na medida em que a “nova economia” dos EUA forneceu as fontes para que a demanda mundial pudesse manter a continuidade da acumulação. O ajuste dos “excessos do setor privado” agora ameaça influir “negativamente” no mercado mundial como um todo, sem que outros centros imperialistas sejam capazes de preencher o buraco⁴¹. Em um contexto de relativa estagnação, o neoliberalismo parece que aumenta seu controle sobre o bloco imperialista.

NEOLIBERALISMO, IMPERIALISMO E O PODER ESTADUNIDENSE

A internacionalização do capital nas últimas duas décadas não é, portanto, um “ajuste espacial” sem fim para uma crise econômica permanente tanto do bloco imperialista como um todo ou do capitalismo dos EUA em particular. Pensar nestes termos lembra a velha teoria clássica do imperialismo que entende o interesse deste último por contar com mercados para seus excedentes como uma relação externa. Esta concepção é errônea porque, por um lado, trata a particularidade da produção de valor e das relações de classe como diferente da circulação do capital no mercado mundial e, por outro lado, porque vê as relações contraditórias entre ambas como sintomas de crise mais que como traço constitutivo das novas formas de competição internacional surgidas sob o neoliberalismo. Esta concepção leva à busca de modelos de desenvolvimento nacional mais “coerentes” que possam se opor ao “modelo norte-americano”, ou a previsões extremas de conflito imperial ascendente e de crise em torno do processo de desvalorização que os EUA estão tentando impor sobre os outros países.

De fato, o neoliberalismo se consolidou como um regime global institucionalizado, que inclui formas particulares de desenvolvimento, competição internacional e “reforma” estatal. A “burguesia interna”, que se tornou central para a organização do bloco no poder de cada um dos países imperialistas, possui interesse em manter o neoliberalismo. Estes últimos apostam no “modelo norte-americano”, que, contrariamente ao que postulam muitos opositores do neoliberalismo, não deve ser visto como uma importação ou imposição externa que minava uma “burguesia nacional” indefesa, mas como uma matriz política que, nesta fase do imperialismo, satisfaz os interesses internos de classe do bloco no poder dentro de cada estado. Isto é em

parte uma questão de seu interesse pela redução dos rendimentos dos assalariados para buscar a competitividade internacional; em parte uma questão dos interesses individuais de alguns dos membros-chave do bloco no poder na privatização do setor público; e, em parte, fruto da necessidade de manter os circuitos internacionais de capital que tornaram o reinvestimento de capital e sua realização mais dependentes do mercado mundial.

A internacionalização de capital não supõe nem uma superação das contradições próprias das relações inter-imperiais (devida à transnacionalização dos interesses capitalistas) nem uma dependência econômica unilateral do poder dos EUA. A competição internacional assume hoje a forma da interpenetração do capital e do asseguramento do espaço econômico extranacional através da extensão do sistema de estado-nação e da formação de blocos econômicos multinacionais. O capital internacionalizado tem acesso a seu próprio estado “de origem” (e, por conseguinte, às instituições supranacionais que são produto dos estados), e também aos estados em que investe. Tanto o estado “de origem” como o “anfitrião” asseguram ativamente a reprodução ampliada do capital, promovendo mais que se opondo à competição internacional. A “interdependência desigual” que caracteriza o mercado mundial nesta fase imperialista significa que a rivalidade competitiva não culmina em conflito geomilitar (como pensava Lênin), ou em políticas expansionistas específicas sobre as quais podem se unificar os interesses de todos os capitalistas (como previa Kautsky). O mercado mundial tampouco está enfrentando uma iminente crise internacional produzida pelo aprofundamento das rivalidades competitivas que não possam continuar sendo contidas politicamente.

Por outro lado, persistem a competição internacional e as contradições entre os centros imperialistas. Em outras palavras, o período do neoliberalismo produziu formas particulares de “unidade e contradição nos circuitos internacionais de capital” que devem ser examinadas nos seus próprios termos. Na velha economia do imperialismo, as contradições nas relações inter-imperiais concentraram-se em conflitos territoriais para satisfazer as necessidades expansionistas de mercados para bens ou capitais. Na nova economia do imperialismo, a interdependência e as rivalidades competitivas entre os centros imperialistas estão concentradas no desenvolvimento desigual das condições para a circulação internacional de capital. Como vimos, os EUA forneceram a demanda global necessária para a circulação internacional, enquanto que o resto do bloco imperialista apresenta superávits comerciais e exporta capital aos EUA (uma vez que o bloco dominado, com algumas exceções no Leste asiático, é pressionado para obter superávits comerciais para cumprir com as obrigações de crédito, mas não das necessidades de desenvolvimento). Isto reflete, como argumentamos,

o declínio da superioridade relativa do capital estadunidense do período do pós-guerra (mesmo que continue sendo dominante tanto em tamanho como em capacidade); a formação assimétrica dos blocos continentais; e a interpenetração dos três blocos através da internacionalização do capital. Não está de todo claro como se resolverão estas contradições no mercado mundial, especialmente levando em conta o declínio da atividade econômica progressivamente sincronizada nos três blocos.

É possível, claro, que a economia estadunidense possa se expandir novamente com êxito e que volte a fornecer a demanda necessária para a acumulação internacional. Os EUA utilizaram ativamente tais expansões não apenas para estimular o crescimento, mas também para reforçar sua hegemonia. Utilizaram a dependência das exportações de outras zonas dos EUA para forçá-las a aprofundar sua adesão ao neoliberalismo, o qual fortaleceu a internacionalização do capital estadunidense, dando-lhe acesso a novos mercados e à compra de ativos externos. Por sua vez, a entrada de capitais nos EUA que tendem a cobrir os déficits financeiros permitiu certo grau de reestruturação do estoque de capital estadunidense, especialmente quando a acumulação se fundiu na Alemanha e Japão. Mas sem expansões paralelas na Europa e no Japão, os EUA provavelmente gerarão desequilíbrios ainda maiores nas dívidas pessoais e corporativas e nos pagamentos internacionais, e aumentarão os preços dos ativos. É muito pouco claro como se poderia dar um equilíbrio futuro que não esteja acompanhado por distúrbios significativos no mercado mundial e por alguns realinhamentos nas relações inter-imperiais, incluindo a posição do dólar como a moeda internacional quase única.

Alternativamente, recordando o início dos anos 90, o dólar estadunidense poderia continuar se ajustando, com um crescimento mais lento que permitiria correções nos balanços internos, e o resto do bloco imperial desempenhando um papel mais importante no estabelecimento da demanda mundial e absorvendo as exportações líquidas dos EUA de modo similar. Isto é o que a recessão em curso desde 2001 nos EUA deveria estar fomentando. No entanto, as mudanças no sentido da reflexão e de um distanciamento da dependência de exportações que seriam requeridas da União Européia e do Leste da Ásia para esta rodada de ajustes que não foi produzida. O Japão ainda é prisioneiro de uma deflação baseada nos ativos que não foi compensada por uma década de medidas fiscais keynesianas; boa parte da Ásia ainda é subdesenvolvida e dependente das exportações, e as moedas asiáticas (especialmente a unidade monetária chinesa) foram mantidas vinculadas aos baixos valores relativos do dólar para manter a competitividade das exportações. Por sua vez, tudo isto fez com que o gasto japonês de cerca de 6 bilhões de yenes (mais de US\$ 50 bilhões)

na primeira metade de 2003 impedisse a valorização do yen e minasse as esperanças de recuperação do Japão⁴². Portanto, este depende de que a Europa se torne capaz de absorver uma porção muito maior das exportações mundiais (inclusive a dos EUA), pressões que se refletem no aumento do Euro. Não está de todo claro que a União Européia seja política, organizacional ou economicamente capaz de realizar este projeto. O Pacto de Estabilidade e Crescimento e a independência e as políticas restritivas do Banco Central Europeu bloquearam o ativismo fiscal e a reflexão impulsionada pelo crédito. A paralisia européia nestas áreas de política econômica, apesar das medidas de flexibilidade e competitividade dos mercados promovidas, parece destinada a perdurar.

Em nenhum destes cenários, no entanto, há razões para esperar que a modulação das relações interimperiais constitua uma ruptura com o neoliberalismo ou a centralidade do poder dos EUA. Um Euro mais forte, uma nova constituição da União Européia com a inclusão de mais membros, e movimentos no sentido de políticas de segurança e defesa comuns podem estar registrando estas modulações. Contudo, é difícil pensar que a União Européia esteja propondo alguma transformação estratégica, e não uma mudança meramente tática, que transcenda os confins das instituições existentes e dos mercados neoliberais para coordenar as relações interimperiais.

Há um terceiro cenário mais dramático que não poder ser descartado como impossível. A recessão que envolve os EUA poderia simplesmente continuar por mais tempo, e a correção dos desequilíbrios estadunidenses desembocar em um ciclo deflacionário a partir de maiores desastres com os ativos e calote de dívidas. Isto reforçaria os atuais problemas deflacionários do Japão e da Alemanha. Se fosse suficientemente brutal, esse processo de desvalorização radical poderia corrigir os desequilíbrios estadunidenses, ainda que seja impossível prever onde e como poderia terminar. Em uma fase mais inicial do imperialismo, estes processos desataram os desastres econômicos do período do entre-guerras na medida em que as rivalidades competitivas estrangularam e, então, interromperam a circulação internacional de capital. Mas hoje o bloco imperialista certamente tentaria uma resposta coordenada através das instituições internacionais existentes para frear rapidamente esta espiral econômica letal e restaurar certa estabilidade, se não todas as condições para uma rápida acumulação.

A interdependência desigual do mercado mundial durante este período de neoliberalismo serviu precisamente para evitar guerras comerciais que tendiam a “prejudicar o vizinho” e a desvalorizações agudas. Em seu lugar, produziu-se uma coordenação de políticas dentro do bloco imperialista que tende a realinhar as moedas ou a injetar liquidez em

conjunturas cruciais, a reproduzir os padrões existentes de competição internacional ao custo de pôr ainda mais capital fictício e especulativo em circulação. Se Leo Panitch e Sam Gindin têm razão ao sugerir que atualmente as relações inter-imperiais impedem que as contradições econômicas intrínsecas levem novamente aos enfrentamentos violentos do passado entre rivais imperiais, também têm razão ao alertar sobre os limites que o império norte-americano impõe —que rege através dos estados— para o desenvolvimento de uma estratégia de crescimento neoliberal coordenada, mesmo entre os países capitalistas avançados⁴³. Isto é assim porque a nova economia do imperialismo não elimina a competição: tanto a competição como a unidade permanecem nos circuitos internacionais de capital. Ademais, em condições de crescimento econômico lento e capacidade inutilizada no mercado mundial, a rivalidade competitiva obriga cada zona do mundo a embarcar em um processo contínuo de inovação e redução de custos, e a internacionalizar seu capital em busca de novos mercados e para baratear sua produção.

Na verdade, a reorganização dos estados e das relações sociais tende a fomentar a competição internacional, em todas estas formas, foi um traço integral desta fase do imperialismo nos três blocos imperialistas. Os aparelhos de estado estão sendo sistematicamente reorganizados em torno de uma estratégia de “austeridade competitiva” —fortalecimento dos aparatos econômicos que predizem a internacionalização do capital enquanto reestruturam as políticas trabalhistas para efetivar a compressão dos salários, busca de austeridade fiscal para as políticas sociais enquanto os impostos são reduzidos para atrair capital internacional, e assim sucessivamente. Não obstante, a aparência “keynesiana” das medidas que tendem a reflacionar a economia e manter condições para a realização mediante a extensão do crédito privado e do retorno aos déficits governamentais (uma vez que continuam se saqueando os funcionários públicos), é a dinâmica redistributiva da austeridade da classe operária para incrementar a competitividade internacional que, sobretudo, orienta as políticas estatais. A intensificação da exploração nas relações de classe dos espaços diferenciados do mercado mundial é a outra face da internacionalização do capital e da expansão do mercado mundial nesta fase do imperialismo.

Como assinalou Alavi, o novo imperialismo demanda a incorporação de todas as zonas do mercado mundial em um sistema econômico universalizado —as regras formalmente “iguais” de troca do mercado capitalista mundial e as normas do sistema do estado-nação. No bloco imperialista, a internacionalização do capital solidificou um interesse material de manter as formas de desenvolvimento desigual e os acordos organizacionais hierárquicos do mercado mundial atual. O neoliberalismo como forma

de poder social e de relações de classe, e a competitividade internacional como sua expressão exteriorizada, é reproduzido nos capitalismo nacionais não como uma organização mais “racional” do mercado mundial, ou como uma imposição do “modelo norte-americano” sobre os modelos “europeu” ou do “Leste asiático”, mas como parte do imperialismo contemporâneo. De fato, inclusive as classes dominantes no bloco dominado podem ver seus interesses –tanto em termos de acumulação de capital como do desejo de ascender na escala da cadeia imperialista– representados na circulação internacional do capital, tal como as elites coloniais e compradoras do passado fizeram no velho imperialismo. Isto é assim apesar das repugnantes inequidades que as políticas de ajuste estrutural neoliberais produzem e que reduzem o consumo dos pobres e dos trabalhadores nestes países para melhorar a competitividade internacional, enquanto as poupanças mundiais fluem para financiar a prodigalidade dos consumidores estadunidenses e do bloco imperialista em sua totalidade.

Como isto se sustenta? Aqui se sustenta a importância da visão de Dick Bryan no sentido de que hoje “a contradição entre o caráter internacional da acumulação e da nacionalidade de regulação estatal não se resolve mediante a subordinação da última à primeira, mas mediante a redefinição do papel do estado que faz com que a dominação dos cálculos globais se apresente como benéfica para todos os habitantes do país. Em particular, a classe operária em cada nação deve ser convencida de que a busca da competitividade internacional é uma agenda válida tanto para os trabalhadores como para o capital”⁴⁴. Enquanto a velha economia do imperialismo combinada politicamente uma “aristocracia trabalhadora” com “projetos imperiais” através do nacionalismo, a nova economia do imperialismo interioriza uma lógica de competição internacional entre os trabalhadores, empresas e estados na construção de “projetos locais” e “nacionais” para manter “seu” espaço em um mundo globalizado. Para minar esta lógica, será crucial que as lutas antiimperialistas atuais desafiem a ideologia e a prática da competição internacional, tal como está universalizada em instituições como a OMC e o FMI e particularizada em estados nacionais e ambientes de trabalho locais. Neste contexto, as lutas antiglobalização contra as instituições econômicas internacionais que fomentam a internacionalização do capital foram um passo importante da esquerda. O passo seguinte que se faz necessário dar é o desenvolvimento de novas lutas pela “soberania democrática” sobre os impérios do capital, que impliquem em visões e práticas apropriadas para “uma classe diferente de estado”. Estas são as únicas estratégias democráticas de saída do neoliberalismo e de sua interminável busca de competitividade; ou seja, de saída da economia do novo imperialismo.

NOTAS

- 1 “Imperialism Old and New”, em *Socialist Register 1964*, New York: Monthly Review Press, 1964, pp. 104 e 123-4.
- 2 Esta idéia foi desenvolvida melhor por Harry Magdoff em seu “imperialismo sem colônias” (confira seu *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*, New York: Monthly Review Press, 1978), e por Leo Panitch e Sam Gindin a partir de sua concepção de “império informal” (confira seu ensaio neste volume), ambos escrevem especialmente sobre o imperialismo dos EUA.
- 3 Veja: David Gordon, “The Global Economy: New Edifice or Crumbling Foundations?”, *New Left Review*, 168, 1988; Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, London: Verso, 1994; e Robert Brenner, “The Economics of Global Turbulence”, *New Left Review*, 229, 1998. As análises weberianas foram ainda mais insistentes sobre a crescente rivalidade, mas não chegaram perto da dinâmica de poder envolvida ou dos processos contraditórios de um desenvolvimento desigual. Veja: Jeffrey Hart, *Rival Capitalists: International Competitiveness in the United States, Japan, and Western Europe*, Ithaca: Cornell, 1992; e Robert Boyer e Jean-Pierre Durand, *After Fordism*, London: Macmillan, 1997.
- 4 “New US Economy Part 2: Winning Ways: Ready Bucks and a Flair for Risk”, *Financial Times* (14/12/1999).
- 5 Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, Cambridge: Harvard University Press, 2000; Leslie Sklair, *The Transnational Capitalist Class*, Oxford: Blackwell, 2001; e Stephen Gill, *Power and Resistance in the New World Order*, New York: Macmillan, 2003.
- 6 Peter Gowan, *The Global Gamble*, London: Verso, 1999; Leo Panitch, “The New Imperial State”, *New Left Review*, 2, 2000; e Michael Hudson, *Super Imperialism: The Origin and Fundamentals of US World Dominance*, London: Pluto, 2003.
- 7 “Comments on Imperialism”, *Radical History Review*, 57, 1993, p. 77.
- 8 Karl Marx, *Grundrisse*, New York: Vintage, 1973, pp. 539, 542.
- 9 Marx, *Grundrisse*, p. 408.
- 10 David Harvey, *The Limits to Capital*, Chicago: University of Chicago Press 1982.
- 11 Veja Aijaz Ahmad, ed., *On the National and Colonial Questions: Selected Writings of Marx and Engels*, New Delhi: Leftwords Books, 2001.
- 12 Karl Marx, *Capital, Volume 1*, New York, International Publishers, 1967, p. 451.

- 13 Karl Marx, *Capital, Volume 3*, New York, International Publishers, 1967, pp. 237-40.
- 14 Karl Marx, *A Contribution to the Critique of Political Economy*, New York: International Publishers, 1970, p. 80.
- 15 Para as revisões veja: Anthony Brewer, *Marxist Theories of Imperialism*, London: Routledge, 1980; Charles Barone, *Marxist Thought on Imperialism*, Armonk: M.E. Sharpe, 1985; e Alex Callinicos, “Marxism and Global Governance” em David Held e Anthony McGrew, eds., *Governing Globalization*, Oxford: Polity, 2002.
- 16 Nikolai Bukharin, *Imperialism and World Economy*, London: Merlin, 1972, pp. 25-6 e 80. Confirma também: Rosa Luxemburgo, *Accumulation of Capital*, London: Routledge and Kegan Paul, 1951; Rudolf Hilferding, *Finance Capital*, London: Routledge, 1981; V.I. Lênin, *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*, Peking: People’s Publishing House, 1964; e Karl Kautsky, “Ultra-Imperialism”, *New Left Review*, 59, 1970.
- 17 Isto foi levado em consideração tanto pelos teóricos da dependência quanto pelos novos teóricos marxistas do imperialismo cujo enfoque estava sobre os países periféricos.
- 18 Ernest Mandel, *Europe versus America: Contradictions of Imperialism*, New York: Monthly Review Press, 1970; Robert Rowthorn, “Imperialism in the 1970s – Unity or Rivalry?” *New Left Review*, 69, 1971; e John Halliday e Gavan McCormack, *Japanese Imperialism Today*, New York: Monthly Review Press, 1973.
- 19 James Petras e Robert Rhodes, “The Reconsolidation of US Hegemony”, *New Left Review*, 97, 1976; e Martin Nicolaus, “The Universal Contradiction”, *New Left Review*, 59, 1970.
- 20 Veja Alavi, “Imperialism Old and New” como também o ensaio de Stephen Hymer, Christian Palloix e Robin Murray em Hugo Radice, ed., *International Firms and Modern Imperialism*, New York: Penguin, 1975.
- 21 Nicos Poulantzas, *Classes in Contemporary Capitalism*, London: New Left Books, 1974, p. 81.
- 22 Leo Panitch, “Globalisation and the State”, em *Socialist Register 1994*, London: Merlin Press, 1994.
- 23 Esta seção é baseada em: Michel Beaud, *A History of Capitalism, 1500-2000*, New York: Monthly Review Press, 2001; Robert Brenner, *The Boom and the Bubble*, London: Verso, 2002; e Robert Albritton, Makoto Itoh, Richard Westra e Alan Zuege, eds., *Phases of Capitalist Development*, New York: Palgrave, 2002.

- 24 Angus Maddison, *The World Economy: A Millennial Perspective*, Paris: OECD, 2001, pp. 131 e seguintes.
- 25 FMI, *World Economic Outlook*, Abril de 2003, Washington: FMI, 2003, capítulo 1; Stephen Roach, *Deflation in the World Economy*, New York: Morgan Stanley, Novembro de 2002; e “Breaking the Deflationary Spell”, *The Economist*, 28 de junho de 2003.
- 26 *World Economic Outlook*, p. 11.
- 27 Veja: “Bankruptcies Forecast to Stay Near Record”, *Financial Times*, (27/02/2003); Robert Brenner, “Towards the Precipice”, *London Review of Books*, 25(3), 2003; e Wynne Godley, “The US Economy: A Changing Strategic Predicament”, Levy Economics Institute, 2003.
- 28 OECD, *Economic Outlook*, 73, Paris: OECD, 2003, pp. 10-16.
- 29 Fred Bergsten e John Williamson, eds., *Dollar Overvaluation and the World Economy*, Washington: Institute for International Economics, 2003; e “Washington’s Weak Dollar Policy”, *Financial Times*, (20/05/2003).
- 30 É exatamente isso o que o Banco Internacional de Pagamentos postula em seu *Annual Report 2003*, Basel: BIS, 2003, capítulo 8.
- 31 UNCTAD, *World Investment Report 2002*, New York: United Nations, 2002; Peter Dicken, *Global Shift*, New York: Guilford, 1998, pp. 42-9; e Richard Kozul-Wright e Robert Rowthorn, eds., *Transnational Corporations and the Global Economy*, London: Macmillan, 1998.
- 32 UNCTAD, *World Investment Report 2002*, p. 37.
- 33 Maddison, *The World Economy*, pp. 135-7. Em contraste, Alemanha e especialmente Japão possuem superávits em seus ativos líquidos.
- 34 Veja: “The Debt Bomb”, *Barron’s*, 20 de janeiro de 2003; e “The True Cost of Hegemony: Huge Debts”, *New York Times*, (20/04/2003).
- 35 ECLAC, *Latin America and the Caribbean in the World Economy, 2000-1*, Santiago: ECLAC, 2002.
- 36 Baseado no índice Wiltshire 5000 de todas as companhias que operam publicamente: veja “Hold on for a Wild Ride”, *New York Times* (21/07/2002).
- 37 “Market Bubble Being Inflated?”, *Toronto Globe and Mail*, 20 de junho 2003; e “On a Wing and a Prayer”, *Financial Times* (03/07/2003).
- 38 BIS, *Annual Report 2003*, capítulo 4.
- 39 OECD, *Economic Outlook*, pp. 71-80; Paul Krugman, “Jobs, Jobs, Jobs”, *New York Times* (22/05/2003); e “Schröder Urges Party to Grasp Need for Reform”, *Financial Times* (24/05/2003).
- 40 WTO, *Annual Report 2003*, Geneva: WTO, 2003, capítulo 1.
- 41 Confira: “The World Economy Adjusts to a Disappointing Decade”, *Financial Times*, (02/07/2003); e Alex Izurieta, “Economic Slowdown

in the US, Rehabilitation of Fiscal Policy and the Case for Co-ordinated Global Reflation”, Cambridge University, CERF Paper Working Paper N. 6, 2003.

- 42 “Investors Place Bets on Asia Foreshadowing US Recovery”, *Financial Times*, 27/06/2003.
- 43 Leo Panitch e Sam Gindin, “Global Capitalism and American Empire”, neste volume.
- 44 Dick Bryan, *The Chase Across the Globe*, Boulder: Westview Press, 1995, p. 186.

